

NUTRICIONISTA: ONDE TRABALHA? QUAIS SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO?^{1,2}

Shirley Donizete PRADO³
Miriam Sineiro Diaz de ABREU⁴

RESUMO

Este trabalho faz parte de um projeto mais amplo de estudo sobre o perfil de nutricionistas no Estado do Rio de Janeiro: "Nutricionistas: quem somos? onde atuamos? como atuamos?" Corresponde à etapa em que se propõe caracterizar as condições de inserção do nutricionista no mercado de trabalho e as tendências profissionais. Dos 2.617 nutricionistas moradores no Estado do Rio de Janeiro, inscritos no Conselho da classe (CRN-4), foram entrevistados 102, através do uso de um questionário. Os resultados mostraram que 22% não trabalham em Nutrição, 78% atuam como nutricionistas, principalmente em hospitais (51,3%) e em empresas privadas prestadoras de serviços de Nutrição - concessionárias (22,4%). A carga horária média de trabalho é de 36,8 horas, com remuneração média de 7,5 salários mínimos. Tais resultados se mostram em consonância com tendências verificadas em pesquisas recen-

(1) Trabalho realizado com apoio do Conselho Regional de Nutricionistas, 4ª região, e apresentado no XII Congresso Brasileiro de Nutrição, realizado em Blumenau, SC, de 1º a 6 de outubro de 1989, onde recebeu Menção Honrosa por parte da Comissão Científica do Evento.

(2) Com a colaboração dos estatísticos Luiz Nery da Costa e José Luís Teixeira de Azevedo.

(3) Nutricionista Sanitarista, Professora Auxiliar do Departamento de Nutrição Comunitária do Instituto de Nutrição da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rua São Francisco Xavier, 524, 12º andar, Bloco D, sala 1219, 20550 Rio de Janeiro, RJ.

(4) Nutricionista, Professora Auxiliar do DNC, INU, UERJ.

tes relativas aos profissionais de Saúde, a saber: crescimento da participação da força de trabalho feminina, particularmente as mais jovens, e acentuação de sua absorção pelo setor privado.

Termos de indexação: nutricionista, mercado de trabalho, pessoal de Saúde.

ABSTRACT

DIETITIANS: WHERE DO THEY WORK? WHAT ARE THEIR WORK CONDITIONS?

The present paper is part of a broader survey of the dietitians' profile in Rio de Janeiro: "Dietitians: who are we? where do we act? how do we act?" It corresponds to the stage that aims at defining the conditions of dietitians' placing in the labor market and their professional tendencies. Of the 2,617 dietitians living in Rio de Janeiro, registered in the Class Council (CRN-4), 102 were interviewed through a questionnaire. The results have shown that 22% do not work in the area of nutrition, while 78% work as dietitians (51.3% in hospitals, 22.4% in private enterprises that render services in the area of nutrition - caterers). The average work-load is 36.8 hours with an average remuneration of 7.5 minimum wages. Such results have proved to be consistent with data collected in recent researches related with professionals in the health area, such as: a growing participation of females - especially younger ones - in the labor force, and a stronger tendency towards their absorption by the private sector.

Index terms: dietitian, labor market, Health personnel.

1. INTRODUÇÃO

A questão das condições em que se processa o trabalho dos profissionais da área de Saúde na sociedade brasileira vem-se constituindo, há algum tempo, em objeto de

estudo, por parte de pesquisadores interessados na investigação das políticas sociais do País (DONÂNGELO, 1983; MEDICI & PAIM, 1983; DIEESE, 1984; O EXERCÍCIO..., 1985/1986).

No que diz respeito ao nutricionista, as pesquisas dessa natureza têm-se concentrado no campo de sua formação, abordando a evolução dos cursos de graduação, o corpo docente e os currículos (GOUVEIA, 1971; YPIRANGA, 1981; BRASIL, 1983; COELHO, 1983; BOSI, 1985), de forma que são ainda escassos os dados acerca de sua prática profissional.

A obtenção dessas informações corresponde a um anseio da categoria. As primeiras medidas concretas nesse sentido datam de 1981, quando realizou-se o II Diagnóstico Nacional dos Cursos de Nutrição, que, em suas discussões, abordou o tema em questão. Posteriormente, o Seminário sobre o Perfil do Nutricionista e o Currículo para sua Formação, em sua recomendação final, solicitou à Federação Brasileira de Nutrição (FEBRAN) a elaboração de um Projeto Nacional de Investigação sobre o Perfil do Profissional Nutricionista, recomendação corroborada pelas Considerações e Recomendações do VI Congresso Brasileiro de Nutrição e IX Congresso Brasileiro de Nutricionistas, realizado também em 1982; o trecho correspondente está transcrito a seguir:

Considerando a realidade do exercício profissional e o mercado de trabalho, recomenda-se que:

Os órgãos representativos da classe (FEBRAN, Conselhos, Sindicatos, etc...) sensibilizem as autoridades competentes, no sentido de realizar uma pesquisa sobre a 'Situação do Nutricionista no Brasil', objetivando principalmente o mercado de trabalho efetivo e que, nesta pesquisa, sejam levantadas informações sobre dados pessoais e funcionais do nutricionista, bem como informações das fontes de absorção de profissionais.

Algumas medidas foram tomadas pela FEBRAN no sentido da consecução dessa proposta que, entretanto, não chegou a termo por diversas razões, entre as quais pode-se

citar a falta de financiamento, como uma das principais barreiras então enfrentadas.

Mais recentemente, o assunto voltou à tona enquanto ponto de pauta do I Encontro Nacional de Entidades de Nutricionistas (ENEN), realizado em 1986, e do II ENEN, dois anos depois.

Buscando contribuir nesse campo, procuramos partir de uma breve abordagem histórica do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, enfatizando os momentos em que a categoria de nutricionistas ganhou impulso, em seu crescimento quantitativo.

Em fins da década de 30, O Brasil vem consolidar sua opção pelo modelo capitalista industrial, no chamado Estado Novo de Getúlio Vargas, período marcado pelo populismo, que na verdade se constituía em um regime ditatorial, sem disfarces, necessitado de embasamento social para viver; há também que se considerar a importância da Segunda Guerra Mundial enquanto determinante do processo de industrialização no Brasil e da conseqüente formação do operário, do "homem nacional" a quem se dirigiram as políticas sociais governamentais de cunho extremamente assistencialista. Pois é exatamente nesse contexto que os cursos de Nutrição começam a ganhar corpo, impulsionando a categoria, dentro da proposta governamental de proteção ao trabalhador. Da mesma forma, outros profissionais foram concebidos com o papel social já traçado no sentido de virem a constituir instrumento de alívio de tensões sociais (YPIRANGA, 1981; BARBOSA, 1983; YPIRANGA & GIL, 1987).

Até a década de 70 os cursos de Nutrição cresceram de forma relativamente lenta e regular, passando, a partir daí, por um intenso crescimento cujas origens remontam, de maneira mais específica, à década anterior.

O golpe militar de 1964 marca a emergência do Estado autoritário, cuja estratégia governamental prioriza o crescimento econômico feito sob forte concentração de renda

e aberto à penetração, em larga escala, dos interesses do capital externo.

O período entre 1968 e 1972 corresponde à materialização dessa proposta de crescimento econômico - o chamado milagre brasileiro, fundamentado na superexploração da força de trabalho e na intensificação da repressão aos movimentos reivindicatórios das classes trabalhadoras - quando se acentuam os processos de urbanização, de generalização do subemprego e do desemprego, enfim, a piora das condições de vida e de saúde da grande maioria da população.

Em 1974 já se anuncia o início da crise, que, no seio da própria crise internacional do capitalismo, vem a ampliar os problemas acumulados até então. É dentro desse contexto, também de crise política, na medida em que se esvaziam as bases de apoio ao governo entre as camadas médias e populares, que a questão social (novamente) se coloca como prioritária na estratégia governamental, advindo então o II PND.

As políticas sociais, além de servirem de suporte à queda dos níveis urbanos de vida, vêm a se constituir em importantes canais de legitimidade ideológica do governo, na medida em que vêm ao encontro de demandas reprimidas por melhores condições de educação, saúde e habitação, através de programas assistencialistas, da massificação do ensino superior, etc.

No campo da política educacional, por exemplo, observa-se um amplo alargamento da rede privada do terceiro grau, resolvendo as pressões por mais vagas na universidade, que se ampliava a cada ano em fins da década de 70.

É nesse contexto que, mais uma vez, o nutricionista entra em cena; os cursos de Nutrição passam a crescer de forma extremamente acentuada e desordenada, predominantemente no setor privado. Ao INAN cabe parcela considerável na determinação desse quadro, enquanto responsável pelo incentivo à formação de recursos na área de alimentação e nutrição, uma das linhas de ação do II PRONAN (YPIRAN-

GA & GIL, 1987). Não se pode deixar de mencionar a movimentação dos nutricionistas em torno do aumento numérico de seus quadros, recomendação apontada desde os primeiros congressos da categoria.

A partir de 1981, já é evidente a crise financeira do País e o próprio governo assume o discurso da contenção de gastos públicos, de forma que a crise de produção iniciada em 1973 vem a acarretar uma diminuição da absorção pelo mercado de trabalho ocasionando relativo superávit na oferta de trabalhadores da saúde, desemprego e subemprego, como acontece no conjunto dos países periféricos (MEDICI, 1985). No bojo desse contexto social após 70, algumas tendências vêm sendo apontadas para o conjunto da força do trabalho em Saúde, entre as quais, o crescimento acelerado, o rejuvenescimento, o aumento da participação feminina e o aumento de sua absorção pelo setor privado (NOGUEIRA, 1986).

2. OBJETIVOS

Este trabalho busca uma aproximação a alguns aspectos referentes às condições em que se processa o trabalho dos profissionais nutricionistas e sua inserção no mercado de trabalho.

Também procura identificar tendências no interior dessa categoria, relacionando-as com as evidenciadas para a força do trabalho em Saúde, nas últimas décadas.

3. METODOLOGIA

Para este estudo foi tomado como universo, a totalidade dos 2617 nutricionistas inscritos no CRN-4 até junho de 1987, que se referiam a moradia no Estado do Rio de Janeiro; a partir desse dado, foi elaborado um plano de amostragem que previa a realização de 106 entrevistas. Esse plano foi

desenvolvido de forma que os resultados pudessem ser apresentados já expandidos para o universo, a partir de uma amostra em que p (proporção dos elementos pertencentes à variável escolhida) é igual a $1/2$, com nível de confiança igual a 95% ou 2δ e erro relativo das estimativas igual a 0,15.

Do total de nutricionistas que compuseram o universo, 95,8% referiam-se a residência nos municípios do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, São João de Mereti, Nilópolis, Niterói e São Gonçalo. Na composição da amostra, os profissionais dos municípios interioranos, quando selecionados, foram substituídos, sucessivamente, até que se chegasse a um morador de um dos municípios acima citados, isto devido à total impossibilidade, por parte da equipe técnica, em arcar com os custos de passagens e diárias decorrentes da coleta de dados em municípios distantes.

Os nutricionistas sorteados foram localizados a partir de seus endereços residenciais. Foi possível entrevistar 102 nutricionistas, uma vez que duas se recusaram a prestar informações e outras duas encontravam-se em viagem, sendo portanto impossível o levantamento desses dados. Nas tabelas, ao longo deste documento, estes casos são identificados através da denominação "perdas".

As entrevistas realizaram-se através de questionário composto por duas partes : a primeira, referente a dados pessoais do entrevistado e, a segunda, relativa aos empregos em Nutrição do entrevistado, que trazia 14 perguntas, sendo 8 fechadas e as demais abertas. Para as entrevistas, contamos com estudantes do 6º período do Curso de Graduação em Nutrição da Universidade Gama Filho. As entrevistadoras fizeram contato prévio com os profissionais sorteados para marcar dia e hora para realização da entrevista; apresentaram-se ao entrevistado munidas de documentos comprobatórios de sua condição de estudante do referido Curso e da carta de apresentação emitida por nós; usando o questionário, as entrevistadoras faziam as perguntas, registrando-as após ouvi-las.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A profissão de nutricionista é bastante recente no Brasil, datando os primeiros cursos de nutricionistas (dietistas) do início dos anos quarentas (YPIRANGA, 1981). Até 1975, havia 7 cursos de Nutrição reconhecidos pelo Conselho Federal de Educação, número este que chega a 21 cursos em 1981, além de mais 11 que, até então, não se encontravam reconhecidos; estes dados revelam a forte expansão do ensino de Nutrição na década de 70 (BRASIL, 1983).

Esse crescimento, que também se acentua em decorrência do fato de que os cursos mais antigos passam a oferecer entrada semestralmente, pode ser evidenciado neste estudo observando-se a tabela 1.

Tabela 1. Década de conclusão do curso de graduação em Nutrição

Década	Amostra		Universo	
	nº	%	nº	%
50	3	2,8	74	2,8
60	21	19,8	518	19,8
70	40	37,7	988	37,7
80 ¹	38	35,8	938	35,8
Perdas	4	3,8	99	3,8
Total de nutricionistas	106	100,0	2617	100,0

(1) Até junho de 1987.

Note-se que até meados de 1987 já havia praticamente o mesmo número de profissionais que o de formados na década anterior e que, nessa época, os dois cursos mais recentemente implantados neste Estado ainda não haviam formado sua primeira turma. Fica claro, então, o quanto crescerá ainda o número de profissionais a serem lançados no mercado de trabalho até 1990.

Conhecer dificuldades que se colocam quando esses profissionais tentam conseguir emprego em Nutrição torna-se, neste momento, fundamental, para que se possa, mais adiante no tempo, encarar sem surpresas e, o mais importante, com propostas, o quadro da absorção dos nutricionistas pelo mercado de trabalho. A tabela 2 é ilustrativa dessa situação.

Tabela 2. Dificuldades que os nutricionistas enfrentam para conseguir emprego em Nutrição

Dificuldades para conseguir emprego em Nutrição	Amostra		Universo	
	nº	%	nº	%
Não encontrou dificuldades	45	27,3	1111	27,3
Exigência de experiência anterior	30	18,2	741	18,2
Poucos concursos públicos	25	15,1	617	15,1
Pouca oferta de emprego (excetuando-se os concursos públicos)	18	10,9	444	10,9
Influência política nas admissões	17	10,3	420	10,3
Falta de informações sobre vagas	13	7,9	321	7,9
Baixa remuneração ¹	10	6,1	247	6,1
Discriminação à gestante	2	1,2	49	1,2
Não encontrou emprego na área desejada ¹	1	0,6	25	0,6
Não se interessaram em procurar emprego	4	2,4	99	2,4
Total de respostas	165	100,0	4074	100,0

(1) Outras respostas.

Como se vê, o fato de 70% dos nutricionistas enfrentarem algum tipo de dificuldade para conseguir emprego em sua profissão é indicador de forte restrição na oferta de empregos, tanto por parte do empresariado como do próprio setor público; as dificuldades vão desde o aparecimento de

entraves como *"exigência de experiência anterior"*, típicas do padrão que oferece menos empregos que o número de interessados, até a *"influência política nas admissões"*, que tão bem caracteriza o clientelismo dominante entre os órgãos públicos e que corresponde a um dos fatores determinantes da *"falta de informações sobre vagas"*.

Chamam a atenção indicações acerca de condições que caracterizam o emprego como *"baixa remuneração"* ou o desenvolvimento de atividades *"fora da área desejada"* que, em última análise, se não são dificuldades no sentido estrito da palavra, colaboram indiscutivelmente para a extensão da peregrinação na busca de um lugar a contento no mercado de trabalho.

Não pode deixar de ser posta em relevo a *"discriminação à gestante"*, manifestação concreta da forma como se dá a inserção da mulher no processo produtivo neste País.

Após o enfrentamento dessas dificuldades todas, o que se nota é o afastamento da profissão por parte de considerável parcela da categoria. É o que mostra a tabela 3 que traz a distribuição dos nutricionistas segundo sua situação de emprego, aqui considerado como qualquer relação de trabalho estabelecida mediante algum documento contratual.

Tabela 3. Nutricionistas segundo a situação de emprego

Situação de emprego	Amostra		Universo	
	nº	%	nº	%
Um emprego em Nutrição	66	62,3	1629	62,3
Um emprego não ligado à Nutrição	14	13,2	346	13,2
Não conta com emprego	14	13,2	346	13,2
Dois empregos em Nutrição	4	3,8	99	3,8
Um emprego em Nutrição mais um emprego não ligado à Nutrição	2	1,9	49	1,9
Aposentadoria	2	1,9	49	1,9
Perdas	4	3,8	99	3,8
Total de nutricionistas	106	100,0	2617	100,0

Em primeiro lugar, é evidente a predominância de nutricionistas que contam com um único emprego (75,5%). E, logo em seguida, destaca-se o fato de que cerca de 15% da categoria conta com um emprego não ligado à Nutrição (principalmente professoras⁵, bancárias, trabalhadoras em serviços administrativos do setor público, secretárias e vendedoras ou gerentes de lojas de roupas). Chama também a atenção a existência da significativa parcela de 13,2% que não conta com emprego de qualquer natureza. Unindo esses dois últimos grupos (os que contam com emprego fora da área de Nutrição mais os que não têm emprego) temos que mais da quarta parte da categoria está afastada de sua formação original, parcela bastante substancial e que vem a confirmar o quadro de restrições do mercado de trabalho que já se delineava na discussão da tabela anterior.

Ainda na linha da situação de emprego, procurou-se conhecer a parcela dos nutricionistas que assumem Responsabilidade Técnica (RT) no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)⁶.

É interessante retomar um pensamento que se desenvolveu no período de origem desse Programa, ou seja, de que este seria o grande campo de absorção para esta categoria. Hoje, é sabido que milhares de empresas mantêm convênios com o Ministério do Trabalho dentro do PAT e que há uma Resolução do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN) que limita a dois o número de RT's que um nutricionista pode assumir⁷, dados que, em tese, reforçam as expectativas iniciais de expansão do mercado de trabalho.

Porém, os resultados desta pesquisa revelam que apenas 4% dos nutricionistas referem Responsabilidade Técnica no PAT, o que leva à conclusão de que essas RT's não se

(5) Neste estudo não foi possível obter especificação mais detalhada acerca da resposta "professora", que acreditamos se tratar primordialmente daquela ligada ao 1º e 2º grau.

(6) Parecer nº 1/82 da Secretaria de Promoção Social do Ministério do Trabalho:

A responsabilidade do nutricionista no Programa de Alimentação do Trabalhador é a mesma atribuída a qualquer profissional no desempenho de suas funções, portanto, ao elaborar o cardápio a ser cumprido pelo restaurante da empresa participante do "Programa", o nutricionista não só é responsável pelo valor nutritivo dos alimentos como também é responsável pela supervisão do preparo e qualidade desses alimentos.

(7) Resolução nº 94/89 do CFN, que dispõe sobre a inscrição de pessoas jurídicas nos Conselhos Regionais de Nutricionistas e dá outras providências.

encontram distribuídas de forma igualitária entre os profissionais mas, ao contrário, concentradas nas mãos de um pequeno grupo. Essa conclusão encontra apoio nos achados da fiscalização do CRN-4, apresentados em reunião com a categoria em 16 de dezembro de 1987, onde foram colocadas as preocupações da diretoria da entidade em relação aos inúmeros serviços de alimentação, oficialmente sob responsabilidade de nutricionistas e, na prática, a cargo de cozinheiros, gerentes, telefonistas, entre outros. Um outro lado dessa mesma moeda pode ser representado por profissionais que detêm 30 ou até 40 RT's no Programa de Alimentação do Trabalhador.

Analisar os alcances do PAT não é objetivo deste trabalho e sim dar alguns passos no sentido de compreender os mecanismos pelos quais ele interfere no mercado de trabalho. Neste momento, é fundamental que os nutricionistas aprofundem suas discussões para que se possa delinear caminhos diante do quadro encontrado.

Além dos empregos e dessa especificidade que é a Responsabilidade Técnica no PAT, foi também pesquisada a realização de outras atividades remuneradas (toda aquela diferente de emprego), dentro ou fora da Nutrição, como mostram as tabelas 4.1 e 4.2.

Tabela 4.1. Nutricionistas segundo a situação de emprego e a realização de outras atividades remuneradas (Amostra)

Situação de emprego	Realizam outras atividades remuneradas ¹					
	Em Nutrição		Não ligadas à Nutrição		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Não contam com emprego	2	1,9	5	4,7	7	6,6
Aposentadoria	1	0,9	0	-	1	0,9
Um emprego em Nutrição	2	1,9	3	2,8	5	4,7
Total de nutricionistas que realizam outras atividades remuneradas ¹	5	4,7	8	7,5	13	12,2

(1) Percentuais calculados em relação aos 106 nutricionistas sorteados para compor a amostra.

Tabela 4.2. Nutricionistas segundo a situação de emprego e a realização de outras atividades remuneradas (Universo)

Situação de emprego	Realizam outras atividades remuneradas ¹					
	Em Nutrição		Não ligadas à Nutrição		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Não contam com emprego	49	1,9	123	4,7	173	6,6
Aposentadoria	25	0,9	0	-	25	0,9
Um emprego em Nutrição	49	1,9	74	2,8	123	4,7
Total de nutricionistas que realizam outras atividades remuneradas ¹	123	4,7	197	7,5	321	12,2

(1) Percentuais calculados em relação aos 2617 nutricionistas que compuseram o universo.

Como se vê, mais de 10% da categoria desenvolve atividades desprovidas de qualquer vínculo contratual de trabalho, que a pesquisa revela estarem voltados basicamente para o comércio feminino de roupas, cosméticos e congêneres, inclusive entre quem tem emprego na área de formação. Ainda nessa categoria (outras atividades remuneradas) foram citadas, dentro do campo de Nutrição, a realização de consultas individuais, pesquisas e cursos comunitários.

Estes resultados revelam-se em concordância com os apresentados anteriormente, na medida em que essas outras atividades remuneradas podem ser encaradas como busca de complementação financeira ou, para utilizar a expressão dos nutricionistas ao informarem acerca das dificuldades para conseguir emprego em Nutrição, "baixa remuneração".

Dos 2617 nutricionistas inscritos no CRN-4, 64,2% contam com um emprego em Nutrição e 3,8% mantêm dois vínculos empregatícios na área, o que corresponde a 1876

empregos, parte do mercado que cabe à Nutrição e a que se referem os resultados apresentados daqui por diante neste documento.

As tabelas 5.1 e 5.2 trazem um panorama de distribuição desses empregos nos diversos tipos de estabelecimentos empregadores, segundo sua dependência administrativa.

Tabela 5.1. Emprego em Nutrição segundo a dependência administrativa e tipo de estabelecimento empregador (Amostra)

Tipo de estabelecimento empregador	Dependência administrativa do estabelecimento empregador					
	Público		Privado		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Hospital	27	35,5	12	15,8	39	51,3
Concessionária	-	-	17	22,4	17	22,4
Empresa com serviço próprio de nutrição	3	3,9	4	5,3	7	9,2
Órgão normativo e deliberativo	4	5,3	-	-	4	5,3
Estabelecimento de ensino superior	2	2,6	1	1,3	3	3,9
Creche	-	-	3	3,9	3	3,9
Centro de saúde	2	2,6	-	-	2	2,6
Outros	-	-	1	1,3	1	1,3
Total de empregos em Nutrição	38	50,0	38	50,0	76	100,0

NUTRICIONISTA: ONDE TRABALHA?..
S. D. PRADO e M. S. D. de ABREU

Tabela 5.2. Emprego em Nutrição segundo a dependência administrativa e tipo de estabelecimento empregador (Universo)

Tipo de estabelecimento empregador	Dependência administrativa do estabelecimento empregador					
	Público		Privado		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Hospital	667	35,5	296	15,8	963	51,3
Concessionária	-	-	420	22,4	420	22,4
Empresa com serviço próprio de nutrição	74	3,9	99	5,3	173	9,2
Órgão normativo e deliberativo	99	5,3	-	-	99	5,3
Estabelecimento de ensino superior	49	2,6	25	1,3	74	3,9
Creche	-	-	74	3,9	74	3,9
Centro de saúde	49	2,6	-	-	49	2,6
Outros	-	-	25	1,3	25	1,3
Total de empregos em Nutrição	938	50,0	938	50,0	1876	100,0

À primeira vista, metade dos empregos é oferecida por hospitais (a maioria públicos) e uma quarta parte corresponde às empresas concessionárias (empresas privadas especializadas na prestação de serviços de alimentação). Porém, aprofundando o conhecimento acerca do trabalho realizado pelas concessionárias, tem-se que 70% delas prestam serviços em estabelecimentos hospitalares, o que eleva para 66% a fatia do mercado sob responsabilidade dos hospitais.

Não chega a 10% a parcela dos empregados em empresas que contam com serviço próprio de Nutrição que, por sua vez, mostram uma expressividade maior no setor privado.

A participação de nutricionistas em órgãos normativos e deliberativos do setor público (secretarias de saúde, superintendência, etc.) gira em torno de 5%.

Os estabelecimentos de ensino superior açambarcam também pequena parcela desses empregos e têm sido

um setor em expansão, conseqüência da abertura de dois cursos de graduação em Nutrição nestes últimos anos, ambos em instituições privadas (Universidade Gama Filho, em 1983 e Associação Salgado de Oliveira de Educação e Cultura, em 1985). A predominância do setor público corresponde ao fato de que os cursos de Nutrição neste setor são em número maior (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, Universidade do Rio de Janeiro e Universidade do Estado do Rio de Janeiro e, no setor privado, Universidade Santa Úrsula, além dos dois citados anteriormente).

Um novo campo de trabalho corresponde à rede de creches privadas, especialmente em função de recente legislação que exige a presença de nutricionista nesses estabelecimentos. Esta pesquisa revela que esta fatia corresponde a praticamente 4% do mercado.

No setor de Saúde, um campo emergente para a Nutrição corresponde aos centros de saúde. É importante frisar que este espaço somente surgiu por conta de intensa mobilização da categoria a partir de 1985, que culminou com a abertura de cerca de 40 vagas em concurso público, realizado pela Secretaria da Saúde do Município do Rio de Janeiro, vagas essas destinadas a nutricionistas para atuação específica nessa rede de cerca de 22 unidades básicas de Saúde. Fato idêntico veio a se repetir entre 1987 e 1988 quando, através das entidades de classe, a categoria elevou para quase 40 o número (inicialmente indefinido, mas sabidamente reduzido) de vagas destinadas à rede de unidades básicas de Saúde do Programa Especial de Saúde da Baixada Fluminense.

Analisando a distribuição dos empregos de acordo com a dependência administrativa dos estabelecimentos empregadores, observa-se, de início, que o setor público se coloca como responsável por metade dos empregos em questão. Entretanto, a pesquisa mostra também que as conces-

sionárias, em sua quase totalidade, prestam seus serviços para o Estado, o que o torna, em realidade, o responsável, direta ou indiretamente, por cerca de 70% do mercado de trabalho.

Esse quadro é conseqüência da política de privatização da Saúde, parte integrante do próprio desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Trabalho necessário e ainda não desenvolvido corresponde à realização de pesquisa que venha a desvendar a participação dessas concessionárias, suas origens e crescimento dentro do setor da Saúde.

Essa situação, em que uma mesma categoria profissional trabalha para o Estado, porém dividida em funcionários públicos e empregados de empresas privadas (concessionárias), gera uma série de distorções e, por que não dizer, discriminações entre seus componentes, algumas das quais discutidas a seguir.

A tabulação da variável tempo de emprego em Nutrição merece um relato, por si só capaz de traduzir boa parte da realidade vivida pelos nutricionistas que trabalham em sua área de formação: casualmente, a tabulação foi iniciada pelo setor público, onde as respostas giravam em torno de 2, 4, 6 e, freqüentemente, acima dos 10 anos de trabalho; qual não foi o espanto da equipe da pesquisa ao iniciar a tabulação do setor privado, particularmente das concessionárias, e descobrir que era preciso mudar de unidade e passar a trabalhar com meses e até mesmo dias!

As tabelas 6.1 e 6.2 mostram a distribuição dos empregos em Nutrição em sua relação com o tempo em que vêm sendo exercidos.

Mostram claramente a desigualdade no que diz respeito à estabilidade dos trabalhadores vinculados ao patrão-Estado, para aqueles empregados do patrão-empresário no setor concessionárias, uma vez que não há diferenças tão acentuadas para esta variável, entre hospitais e empresas com serviço próprio de Nutrição do setor público em relação ao setor privado.

Tabela 6.1. Tempo de emprego em Nutrição segundo o tipo de estabelecimento empregador (Amostra)

Tipo de estabelecimento empregador	Até um ano		Mais de 1 até 5 anos		Mais de 5 até 10 anos		Mais de 10 anos		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Hospital	7	9,2	8	10,5	14	18,4	10	13,2	39	51,3
Concessionária	15	19,7	2	2,6	-	-	-	-	17	22,4
Empresa com serviço próprio de nutrição	2	2,6	1	1,3	4	5,3	-	-	7	9,2
Órgão normativo e deliberativo	1	1,3	-	-	1	-	3	3,9	4	5,3
Estabelecimento de ensino superior	1	1,3	1	1,3	-	1,3	-	-	3	3,9
Creche	1	1,3	2	2,6	-	-	-	-	3	3,9
Centro de saúde	2	2,6	-	-	-	-	-	-	2	2,6
Outros	1	1,3	-	-	-	-	-	-	1	1,3
Total de empregos	30	39,5	14	18,4	19	25,0	13	17,1	76	100,0

Tabela 6.2. Tempo de emprego em Nutrição segundo o tipo de estabelecimento empregador (Universo)

Tipo de estabelecimento empregador	Até um ano		Mais de 1 até 5 anos		Mais de 5 até 10 anos		Mais de 10 anos		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Hospital	173	9,2	198	10,5	346	18,4	247	13,2	963	51,3
Concessionária	370	19,7	49	2,6	-	-	-	-	420	22,4
Empresa com serviço próprio de nutrição	49	2,6	25	1,3	99	5,3	-	-	173	9,2
Órgão normativo e deliberativo	25	1,3	-	-	-	-	74	3,9	99	5,3
Estabelecimento de ensino superior	25	1,3	25	1,3	25	1,3	-	-	74	3,9
Creche	25	1,3	49	2,6	-	-	-	-	74	3,9
Centro de saúde	49	2,6	-	-	-	-	-	-	49	2,6
Outros	25	1,3	-	-	-	-	-	-	25	1,3
Total de empregos	741	39,5	346	18,4	469	25,0	321	17,1	1876	100,0

Em média, o nutricionista é contratado para trabalhar 36,8 horas por semana e recebe, por isso, o equivalente a 7,5 salários mínimos (SM) por mês⁸, o que corresponde a 6,3 SM por 30 horas semanais de trabalho. Comparando este valor aos 10 SM pelas mesmas 30 horas semanais (piso salarial aprovado no I ENEN, em 1986)⁹, pode-se concluir que os nutricionistas ainda têm muito o que crescer em organização para atingir esse patamar. Esse perfil médio, entretanto, não mantém correspondência com todos os tipos de estabelecimento empregador, como se vê na tabela 7.

Tabela 7. Carga horária semanal de trabalho e salários dos nutricionistas, segundo o tipo de estabelecimento empregador

Tipo de estabelecimento empregador	Média da carga horária semanal contratual	Média da remuneração mensal	Média da remuneração mensal equivalente a 30 horas semanais/trabalho
	h	SM	SM
Estabelecimento de ensino superior	18,3	17,3	13,8
Empresa com serviço próprio de nutrição	42,7	12,8	9,0
Órgão normativo e deliberativo	34,0	9,2	7,8
Creche	22,7	4,6	6,9
Centro de saúde	30,0	6,8	6,8
Hospital	35,6	7,3	6,4
Concessionária	43,5	4,8	3,3
Outros	10,0	2,0	6,0
Média geral	36,8	7,5	6,3

SM = Salário mínimo.

(8) Salário bruto.

(9) Piso salarial ainda não existente enquanto lei.

NUTRICIONISTA: ONDE TRABALHA?...
S. D. PRADO e M. S. D. de ABREU

Com relação aos estabelecimentos de ensino superior, os resultados indicam que são estes os que oferecem, em média, os melhores salários aos nutricionistas, acima inclusive do referido piso salarial.

Este dado, entretanto, deve ser analisado tomando em conta suas limitações e, nesse sentido, alguns aspectos devem ser mencionados. Em primeiro lugar, nessas instituições, praticamente todos os nutricionistas são, como qualquer outro profissional, contratados na condição de professores, passando a constituir uma outra categoria profissional, que segue sua própria dinâmica, bastante diversa em relação aos demais nutricionistas; em segundo lugar, é necessário frisar a existência de marcantes diferenças entre o perfil dos docentes da rede oficial em relação ao dos que trabalham nos estabelecimentos privados, particularmente no que se refere a jornada de trabalho e salários, o que faz com que a média encontrada não reflita necessariamente a realidade de cada um de seus subsetores; e, ainda, o fato de que os empregos oferecidos por esses estabelecimentos correspondem a uma parcela bastante reduzida em relação ao total de empregos dos nutricionistas, significando que esses resultados indicam tão somente tendências no comportamento dessa variável nesse setor.

Tais considerações (certamente não as únicas) são importantes no sentido de aproximar a análise desses resultados de sua real dimensão, ou seja, de sua capacidade de traduzir tendências globais da participação das instituições de ensino superior no mercado de trabalho dos nutricionistas e de suas claras limitações no que tange à análise de jornada de trabalho e salários no âmbito interno desses estabelecimentos; para o caso de se desejar uma caracterização em maior nível de detalhes dessas instituições, o mais indicado é a realização de estudos específicos que venham atender a esses objetivos.

Além dos estabelecimentos de ensino superior, destacam-se, pela aproximação com o piso salarial aprovado pela categoria, as empresas que contam com serviço próprio de nutrição, especialmente as do setor privado, que o ultrapassam, muito embora, nem sempre, excedam substancialmente a ele.

As creches suscitam certa curiosidade por serem, como já foi colocado anteriormente, campo de trabalho bastante recente, cujas peculiaridades ainda estão por serem conhecidas. De qualquer forma, os resultados apontam para uma carga horária semanal contratual da ordem de 20 horas, pelas quais a remuneração está abaixo de 5 SM, o que representa um início também abaixo do referido piso salarial.

Centros de saúde e hospitais, tanto públicos como privados, apresentam características semelhantes, inclusive próximas das médias globais encontradas para a categoria como um todo. Já as concessionárias se caracterizam por operar nas mais elevadas jornadas de trabalho e oferecer os menores níveis salariais, a ponto de se chegar a uma média de pouco mais de 30% do piso salarial aprovado pela categoria. Mais uma vez fica evidente a existência de discrepâncias entre nutricionistas empregados do setor público e de concessionárias.

Ainda no campo das condições em que se processa o trabalho do nutricionista, a tabela 8 mostra como são básicas as necessidades sentidas no exercício de sua profissão.

Tabela 8. Necessidades apontadas como prioritárias por nutricionistas em relação ao local de trabalho

Necessidades prioritárias	Amostra		Universo	
	nº	%	nº	%
Cursos regulares oferecidos pelo estabelecimento para atualização e aperfeiçoamento em horário de trabalho	52	31,5	1284	31,5
Material básico de trabalho em quantidade suficiente	31	18,8	765	18,8
Pessoal suficiente para cobrir férias e licenças	30	18,2	741	18,2
Creche no estabelecimento ou em suas proximidades	27	16,4	667	16,4
Redução da carga horária	12	7,3	296	7,3
Melhorias na área física	6	3,6	148	3,6
Outros	7	4,2	173	4,2
Total de respostas	165	100,0	4074	100,0

Primeiramente aparece a necessidade de participar em cursos de atualização e aperfeiçoamento, que pode ser interpretada como um desejo de crescimento profissional; em seguida, surge a insuficiência de material básico de trabalho e de pessoal e a necessidade de creches. Com relação a este último item, há que se levantar que se a grande maioria da categoria é do sexo feminino (99%) e se o cuidado com os filhos é hoje função destinada à mulher, por que a necessidade de creche não é apontada em níveis mais elevados? Talvez o fato de se tratar de mulheres jovens que ainda não tiveram filhos, não trazendo dentro de si, portanto, preocupação dessa natureza. É interessante notar que nos cursos de Nutrição, a questão mulher, enquanto grupo social, praticamente não é discutida, cabendo questionar até que ponto esses 16,4% não correspondem a uma quantificação do afastamento da universidade do seu papel universalizante, ou seja, da prioridade atualmente dada para a formação de técnicos desprovidos de uma visão crítica e mais ampla dos fenômenos sociais.

Tradicionalmente as atividades do nutricionista são subdivididas em quatro grandes áreas: alimentação institucional (também denominada produção), dietoterapia, saúde pública (nutrição comunitária ou nutrição social) e docência (em algumas dessas áreas). Mais recentemente, novos setores vêm tomando corpo como, por exemplo, a tecnologia de alimentos.

Quando questionados acerca das áreas em que desenvolvem suas atividades no local de trabalho, 63,5% dos nutricionistas indicaram a área de dietoterapia, 52,7% a área de alimentação institucional e 18,9% a área de nutrição social, não tendo sido mencionada qualquer outra área de atuação; um outro dado obtido desse questionamento foi o fato de que bem mais da metade dos nutricionistas (67,6%) indicaram uma única área para identificar suas atividades, cerca de uma quarta parte (27,0%) apontaram duas áreas e apenas 5,4% mencionaram as três áreas concomitantemente.

Daí, é possível visualizar o quanto esta subdivisão em áreas se encontra consolidada para os nutricionistas.

Sobre essa questão, recentemente várias discussões vêm sendo travadas, assim como alguns documentos foram produzidos (SEMINÁRIO NACIONAL..., 1987; YPIRANGA & GIL, 1987), com vistas à reflexão acerca do nutricionista que se deseja formar, daquele que realmente é formado, de suas áreas de atuação, etc.

Por várias vezes, nesse processo de discussão, tem sido colocada a necessidade de ser formado um profissional *generalista, com visão crítica da sociedade, comprometido com as transformações sociais* (FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE NUTRIÇÃO, 1987b), *capaz de atuar em todos os setores onde a questão Saúde se faz presente, exercendo a Ciência da Nutrição (...) através de um prisma multiprofissional e multi-causal, de forma a propiciar intervenções conseqüentes e eficazes nos fatores causais* (SEMINÁRIO NACIONAL..., 1987), em contraposição ao nutricionista que hoje é formado, um profissional *'genérico', com informações compartimentalizadas e superficiais (...) atuando apenas em áreas hospitalares, industriais e de saúde pública* (SEMINÁRIO NACIONAL..., 1987) e, ainda, a partir do balizamento do nutricionista que se quer formar, vem sendo colocada a sua incompatibilidade com a divisão da Nutrição em áreas com o argumento de que *isto na verdade reforça a fragmentação e a dicotomia do que é biológico e do que é social* (FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE NUTRIÇÃO, 1987b).

O Seminário não chegou a ser conclusivo (FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE NUTRIÇÃO, 1987a), mas veio a desenvolver importante papel desencadeador dessas, entre outras, discussões que permanecem em curso.

Esta pesquisa traz dados que, como foi colocado anteriormente, mostram que o nutricionista traz, dentro de si, e de maneira bastante consolidada, a divisão de sua atuação nessas áreas, demonstrando a necessidade de partirem essas reflexões para além dos muros da universidade.

5. CONCLUSÃO

Os resultados desta pesquisa parecem mostrar-se em consonância com as tendências apontadas, anteriormente, para a força de trabalho em Saúde a partir da década de 70, a saber, seu crescimento acelerado, o aumento da participação feminina, seu rejuvenescimento e o aumento de sua absorção pelo setor privado.

O crescimento dos cursos de Nutrição contribuiu para o crescimento da força de trabalho em Saúde, como um todo; por se tratar de uma categoria eminentemente feminina, seu crescimento é componente do processo de "feminilização" (resguardando aqui seu peso proporcional em relação a outras categorias também caracterizadas pela maciça participação de mulheres, como a enfermagem, por exemplo); da mesma forma, participa do rejuvenescimento dos trabalhadores em Saúde; finalmente, o crescimento do setor privado na absorção de nutricionistas também se coloca, e de forma a explorá-los com vivacidade acentuada, através das fortes restrições impostas pelo mercado de trabalho, captadas neste trabalho por relatos que indicam dificuldades para conseguir emprego em Nutrição ou pela existência de considerável parcela da categoria que não conta com emprego em Nutrição ou que se definiu por outra profissão ou, ainda, pela existência do subemprego caracterizado pela realização de atividades remuneradas desprovidas de qualquer vinculação contratual.

A manifestação dessa penetração do setor privado na Saúde, no que tange à alimentação e nutrição, vem-se dando de forma acelerada, através das concessionárias. Cabe ressaltar que o fechamento do SAPS (Serviço de Alimentação da Previdência Social, que tem suas origens nas políticas sociais do Governo Vargas), em fins dos anos 60s, veio a deixar em aberto um espaço posteriormente ocupado pelas referidas empresas. Embora se tenha dados da existência desse tipo de empresa no Rio de Janeiro na década anterior, sua expansão vem-se dar em meados de 70, podendo ser

encontradas, atualmente, em todas as regiões brasileiras (YPI-RANGA & GIL, 1987). No Rio de Janeiro, essa dinâmica implicou em que o setor público seja responsável, atualmente, nesse Estado, por metade, apenas, dos empregos para nutricionistas. Os níveis salariais, já bastante baixos, dos nutricionistas que trabalham no setor Saúde, particularmente nessas empresas, encontram-se reduzidos ao meio quando comparados à remuneração dos mesmos profissionais empregados do governo; além disso, a imposição de uma jornada de trabalho consideravelmente maior, a vivência da realidade de intensa rotatividade no emprego e as precárias condições oferecidas ao exercício da profissão são alguns dos mecanismos utilizados por essas empresas (como muitas outras no sistema capitalista) para garantir a acumulação de capital.

Enfim, na evolução das contradições da história, o nutricionista, profissional que vem ganhando impulso nos momentos em que o estado de coisas necessita de instrumentos de alívio de tensões sociais para se manter, se encontra (como tantos outros profissionais concebidos com essa finalidade) vivendo de forma intensa os mecanismos causadores dessas tensões sociais.

Neste momento, em que várias discussões vêm sendo encaminhadas acerca da formação do profissional de Nutrição e de seu papel na sociedade, esperamos que esta pesquisa venha a contribuir na superação das questões específicas do nutricionista e da classe trabalhadora à qual pertence e que nesse processo venha a se libertar das amarras "ampliadoras", enquanto luta por "soluções" para os problemas sociais mais gerais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, A. J. Evolução histórica dos cursos de Nutrição. *Alimentação e Nutrição*, São Paulo, v. 4, n. 11, p. 39-40, 1983.

- BOSI, M. L. M. *Nutrição e poder: da ciência à reprodução*. Rio de Janeiro: 1985. 642p. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino Superior. *Os cursos de Nutrição no Brasil: evolução, corpo docente e currículo*. Brasília : 1983. 280p. (Cadernos de Ciências da Saúde, 6).
- COELHO, H. A. L. Formação do profissional nutricionista na América Latina e no Brasil, com ênfase em Pernambuco. *Alimentação e Nutrição*, São Paulo, v. 4, n. 11, p. 47-51, 1983.
- DIEESE. Sindicato dos Psicólogos de São Paulo. *O perfil do psicólogo em São Paulo*. São Paulo : 1984. 127p.
- DONÂNGELO, M. C. F. *Condições do exercício profissional de medicina da área metropolitana de São Paulo*. São Paulo: Conselho Regional de Medicina, 1983. 191p. (Mimeografado)
- O EXERCÍCIO da enfermagem nas instituições de saúde do Brasil 1982/1983. Rio de Janeiro : Conselho Federal de Enfermagem / Associação Brasileira de Enfermagem, 1985/1986. 2v.
- FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE NUTRIÇÃO. *Documento de Avaliação do Seminário*. In: SEMINÁRIO SOBRE FORMAÇÃO EM NUTRIÇÃO: ÊNFASE NA GRADUAÇÃO, 1987, Salvador. Salvador: 1987a. 2p. (Mimeografado)
- _____. *Relatório do Grupo de Nutrição Social*. In: SEMINÁRIO SOBRE FORMAÇÃO EM NUTRIÇÃO: ÊNFASE NA GRADUAÇÃO, 1987, Salvador. Salvador: 1987b. 1p. (Mimeografado)
- GOUVEIA, E. L. C. Formação do nutricionista nos anos 70. *Boletim da Associação Brasileira de Nutricionistas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1/2, p. 3-12, 1971.
- MÉDICI, A. C. *A força de trabalho em saúde no Brasil dos anos setenta: percalços e tendências*. Rio de Janeiro : ENSP/FIOCRUZ, 1985. 22p. (Mimeografado).

- MÉDICI, A. C. & PAIM, E. R. *Estrutura e dinâmica da força de trabalho médica no Brasil na década de setenta*. Rio de Janeiro : ENSP/FIOCRUZ, 1983. 36p. (Mimeografado)
- NOGUEIRA, R. P. *Tendências e perspectivas da investigação sobre pessoal de saúde nas Américas: relatório preliminar*. Rio de Janeiro : ENSP/FIOCRUZ, 1986. 15p. (Mimeografado)
- SEMINÁRIO NACIONAL DE DIETÉTICA E FORMAÇÃO EM NUTRIÇÃO NO BRASIL : ÊNFASE NA GRADUAÇÃO, 1, 1987, Ouro Preto. Ouro Preto : Universidade Federal de Ouro Preto - Departamento de Nutrição, 1987. 8p. (Mimeografado)
- YPIRANGA, L. Formação profissional de nutricionista: histórico dos cursos e currículos. *Alimentação e Nutrição*, São Paulo, v. 2, n. 5, p. 58-60, 1981.
- _____ & GIL, M. F. Formação do profissional nutricionista: porque mudar? In: SEMINÁRIO SOBRE A FORMAÇÃO EM NUTRIÇÃO NO BRASIL : ÊNFASE NA GRADUAÇÃO, 1987, Salvador. Salvador : 1987. 11p. (Mimeografado)

Recebido para publicação em 6 de agosto de 1990.